ANO 4.º — Sexta-feira, 9 de Fevereiro de 1912 — NUMERO 207

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias)	1$200 réis
Semestre	600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte	2$500 réis
Avulso	20 réis

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha	40 réis
Comunicados	20 réis

Anúncios permanentes, contracto especial.

Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

HISTORIANDO

Derrubádo em 5 de outubro o velho regimen da firma Braganças & C.ª que nésta patria, excessivamente tolerante, por largos anos exerceu um dominio nefásto e espoliador, todos os portuguêses, democratas e dignos, esperávam um começo de vida nova, marco miliário indicando o *terminus* dum passado de latrocinios e devassidões, que viésse prestigiar a joven Republica e injectar um pouco de vigor na decripitude do país. Era uma ancia natural e que a lucta porfiáda e tenaz de tantos anos, tinha tornado organica e que ás nossas almas sorria como uma aurora multicôr, bemfazeja e fecundante.

Vida nova, vida nova, clamávam todos os peitos anhelando dias desafogados, tranquilos e dignos para esta patria, que a reacção politica e religiosa estrangulára e vilipendiára.

Morto esse passado de ignominia, a luz entraría, ás lufadas, em todos os pontos em que a aza negra da reacção politico-religiosa tinha apagádo o raciocinio e amputado a vontade. Iriam surgir, finalmente, homens em toda a pujança das suas nobres faculdades, no novo regimen de Liberdade, pensámos nós.

Da revolução, o governo provisorio saíu, cheio da seiva latejante, que a alma da multidão, ainda convulcionada e frementе, lhe inoculára. O povo, nêsse instante, soberano, mandáva; a rua, onde tantas grandêsas surgem e se depuram, imperáva.

A rua, a *canalha*, o povo que a mesma vida de miserias agregou; que o pão escáço, amargo e amassado com lagrimas ardentes de desespêro aglutinára na mesma ancia de libertação; que o mesmo nó vil apertára as gargantas para que se não ouvissem lá fóra os seus gritos de dôr, de raiva e odio—quebradas as grilhêtas que lhe tolhiam os movimentos,—braços nús levantados ao alto, peitos arfando cheios de anciedade, cabêças erguidas olhando o céo sequiosas de liberdade e de justiça, nêsse instante suprêmo e épico, domináva. Era a alma de um povo que, quebradas as algêmas do mais víl dos despotismos, sacudida por um sopro atavico de imorredoira grandêsa, acordáva, emfim, para a vida fecundante e livre.

Momento sublime, povo unico, esse, que, sendo o mais vilipendiádo e o mais esfaimado dos povos da terra, fez a mais generosa, a mais humana das revoluções.

Organisádo o seu *governo provisorio*, o mesmo povo, aquietádo, vigilante e trabalhador, voltou ás canceiras quotidianas da vida, pronto ao primeiro brado a acorrer em defeza da Republica. Aos *seus homens* de governo havia confiado os actos de nobilitação da patria comum. Tinha-lhes indicado e exigido apenas, como *revindicta* para os vencidos, uma coisa generosa e simples:—em todos os ramos da pública administração passar um rigoroso e justiceiro balanço. Havia criminosos, averiguava-se que havia ladrões dos cofres públicos, gente que recebia sem trabalhar, roubando assim o nosso suor? Pois catalogassem-se os seus nomes inscrevendo-lhe adeante, respétivamente, a grandêsa dos seus delitos. Em seguida fizesse-se justiça. Havería erros e criminosos suscétiveis de emenda e esses perdoar-se-iam; havería crimes e erros por sua naturêsa e grandêsa que não admitiam perdão:—esses seriam irremediavelmente condenádos.

Uma limpeza rigorosa e geral, imparcial e justa.

Assim, indicando ao mundo a lista dos abutres que lhe bebiam o suor, e os castigos que, pelos seus crimes, lhes impôz, mostraría, ainda aí, que, nas penas que inflingira, continuáva a ser o mais justo dos povos revolucionarios.

Essa inadiavel limpeza, que sería o complemento necessario e logico da Revolução de 5 de Outubro para o inicio da vida nova, incumbiu-a confiádamente ao Govêrno Provisorio para, com serenidade e livre de paixões, a fazer executar.

Certamente, essa entidade vinda da Revolução, não descuraría esse acto justiceiro e preciso.

Dêsse modo ficaria joeirada a gente da monarquia expulsa, e saber-se-ía o que havia nos seus escombros a aproveitar.

Era a unica maneira, racional e justa, de saber déssa gente, a quem se podia confiar algum cargo na Republica, se preciso fôsse.

Nomearam-se comissões para as sindicancias. Deu-se começo aos trabalhos.

Confiádamente o povo esperou os resultados.

Esperou, esperou...

Mas, inesperadamente, após uma dilatada e injustificada demora para a aparição das conclusões das sindicancias feitas, uma modificação se dá na estrutura moral do gabinete.

Começou, néssa altura, a fazer carreira uma expressão vaga de sentido, vêsga, chóca e chôcha, tinindo a vasio e a hipocrisia:—**a politica de atracção.**

Estava explicado o misterio. Era esse espantalho que conservára e ainda retem nas gavetas, fechado a sete chaves, o corpo do delicto de tantos criminosos.

A politica de atracção, essa creatura ventruda e de articulações pejádas de gôta, arrastáva-se até ao covil dos delapidadores, a animal-os, a acaricial-os, a incutir-lhes um sôpro de vitalidade moral, pedindo-lhes, por favor, que não contínuassem reciosos nem timoratos, que ninguem lhes queria mal, que viéssem para a luz do dia, pois todos eramos portuguêses, e a Republica fez-se para todos.

Ha, porém, aqui, um mal entendido que a *politica de atracção*, vêsga como é, não atingiu.

Na verdade, a Republica é para todos os portuguêses.

Isto, porém, quer significar que, dentro dos dominios da Republica, todos os cidadãos, que respeitarem as suas leis, pódem viver. Mas, o que os mais rudimentares principios de honestidade democratica dizem a toda a gente com senso moral, é que, nem toda a gente que póde viver dentro da Republica, póde exercer cargos de confiança: administrativos e de outras categorías, dentro déla. Para o seu desempenho requerem-se predicádos de competencia não só intelectual, mas, tambem, e especialmente, moral.

Para isso, as sindicancias forneceriam um precioso documento, que seria o testemunho sempre presente, para dizer a idoneidade dêsses cidadãos.

Não o quiz vêr assim o sr. Antonio José d'Almeida e o seu grupo que, na embriaguez céga e louca de arranjar partido de afogadilho, agarrando pelos cabelos a ocasião de trazer para o seu redil a turba multa dos sindicádos com a antiga cadeia de dependentes e *caciques*, que lhe dariam uma mocissa população firme sob o seu comando. Formaría, déstarte, um grande partido com os destroços do velho eleitorádo monarquico. Foi a taboa de salvação que surgiu, redentôra, na noite fria que sobre aquélas cabeças pezava.

Mas, isso, sería uma traição, uma defecção, essa atitude que uma imoralissima e inoportuna ambição impulsionáva.

Irreductivelmente, algumas bocas gritáram o seu protesto, apontaram o crime, a baixeza moral de um tal proceder.

De aí para cá, o sr. Antonio José d'Almeida, que a embriaguez da chefía proxima estonteáva, perdeu o aprumo proprio, despiu as conveniencias e a maneira justa de sêr adversario e como quem se vê em terreno movediço, pronto a fugir-lhe de debaixo dos pés, prometteu, em vingança, embora mesquinha, trucidar quem lhe embaraçásse o caminho. *Ego sum*...—Que ninguem se atreva a beliscar a minha infalibilidade...

Não o ouviram e êle começou mordendo, cometendo a indignidáde de tentar ferir o grande pensador, que é a gloria dum povo, o exemplo vivo da honradez, do amôr cégo ao trabalho,—o dr. Teofilo Braga.

Néssa indignidade que a sua gazeta estampou em 21 de janeiro, Antonio José d'Almeida têve a audacia de apontar Teofilo Braga como um velho sovina, que o interesse cegáva, de botas cambad s, viajando em 3.ª classe, êle, o tribuno *desinteressádo*, que, para exemplificar o seu modo de sentir, foi casar com uma riquissima proprietaria...

O que a cegueira, a desorientação, a manía das grandêsas, faz escrever aos homens reduzindo-lhes a estatura moral!...

Como lhe mostrarêmos.

OUTRA DESILUSÃO

A imprensa desaféta ás instituições, aquéla que sempre que se faláva em acabar com a *ominosa* apresentáva logo o espantalho *órrivel* da intervenção estrangeira, andáva ha tempos fazendo cavalo de batalha com a absorção do nosso imperio colonial, pela Alemanha e Inglaterra, na conformidade dum velho tratado entre aquélas potencias.

O correspondente, em Londres, do importante jornal parisiense, *Le Matin*, numa das suas ultimas cartas, desfás da maneira mais completa e formal, a alarmante noticia, que por ser obra dos inimigos do governo, os vinha animando a desfarçadamente propalárem este e tantos outros boatos com a exclusiva e malévola intenção de ferir e dificultar a Republica.

Essa correspondencia diz assim:

Uma certa parte da imprensa germanica e até da imprensa britanica vem emitindo, de ha um certo tempo para cá, afirmações demasiado audaciosas.

O têma déssas declarações aventurosas é o seguinte: A Inglaterra e a Alemanha teriam decidido, segundo élas, partilhar entre si, as colonias portuguêsas em Africa e procederiam, dentro em breve, a uma judiciosa *divisão* do magnifico dominio colonial que Portugal possue.

Segundo esta tese, a Republica Portuguêsa receberia uma legitima compensação pecuniária e tudo ficaria assim regulado com vantagem para o interésse de todos.

Pois estou habilitado a informal-os, de origem bem segura, de que estes calculos são puras espéculações e que não houve nos ultimos tempos nenhum entendimento sobre este assunto entre os gabinetes de Londres e de Berlim.

Existe, no entretanto, um acôrdo entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, relativo ás colonias portuguêsas na Africa, e esse acôrdo já é antigo.

O governo britanico, na sua politica sempre previdente, encarou, num certo momento, a possibilidade de Portugal se encontrar um dia na necessidade ou no desêjo de fazer dinheiro pela venda das suas colonias.

Se uma tal ocasião chegásse, sería para a Inglaterra do mais alto interésse politico assegurar-se de cértas porções dêsse império colonial que se alienáva.

Era cérto egualmente que a Alemanha, quási inteiramente desprovida de colonias, apresentaria as suas pretenções á aquisição. Por isso é que a Grã-Bretanha estabeleceu com a Alemanha um acôrdo, nos têrmos do qual as duas potencias mutuamente se obrigavam a não fazer obstaculos ás aquisições que respétivamente a cada uma délas convinha em cértas zônas do dominio colonial português, préviamente delimitadas.

Mas o proprio principio dêsse acôrdo, feito em pura previsão de acontecimentos eventuais, era que **nenhuma pressão sería exercida sobre Portugal** e que **o acôrdo não viria a ter efeito senão no dia em que, de seu livre arbitrio, o governo português anunciásse a sua intenção de cedêr todo ou parte do seu império colonial.**

Ora é preciso frizar aqui que tal momento não chegou e talvez mesmo nunca chegue.

A novel Republica Portuguêsa não póde, decérto, pensar nem um instante—sob pena de perder o seu prestigio—em cedêr uma polegada que seja do territorio nacional; e o governo britanico tem mostrado que segue com um interésse bem real e bem sincéro os esforços dos dirigentes déssa Republica, e aliás não quer exercer sobre éla uma pressão que podia ser-lhe fatal.

Com mais clarêza não se póde escrevêr, ainda que se queira...

DR. EDUARDO DE ABREU

Prostrádo por um tifo, finou-se em Braga este conhecido vulto da democracía portuguêsa, que o país conheceu por ser um dos republicanos que mais audazmente, esforçádamente, combateram noutros tempos pelo advento da Republica, devendo-se-lhe em grande parte o exito que têve a subscrição nacional, a quando do *ultimatum* inglez, e o movimento de protesto contra as prepotencias da Gran-Bretanha, que Eduardo de Abreu fomentou com o seu verbo de verdadeiro tribuno, fazendo vibrar, como nunca, a alma do povo.

No parlamento, onde tomou assento em várias legislaturas, foi a sua acção devéras apreciáda, pois poucas éram as vezes que o dr. Eduardo de Abreu não deixáva a monarquia mal ferida, quando profería os seus discursos inflamádos, cheios de logica e de bom senso.

Só nos foi dado ouvil-o uma ocasião, ha anos, no Porto, nas sessões dum Congresso, por sinal dos mais agitádos a que assistimos, mas que acabou por um banquête de confraternisação onde compareceu uma tuna republicana hespanhola que, de passagem, tinha ido visitar aquéla cidade. Eduardo de Abreu, de improviso, saudou ésta tuna após a execução da *Portuguêsa*, ouvida de pé por todos os convivas, e tão eloquente foi que a muitos se lhe arrasaram os olhos de lagrimas comovidos com as patrioticas palavras do eloquentissimo orador.

Eduardo de Abreu pertencia, na presente conjuntura, ao Senado da Republica, encontrando-se, porém, afastádo dos trabalhos d'aquéla casa por virtude das modificações operádas no seu espirito quanto a algumas leis promulgádas pelo governo provisorio, que sistemáticamente combateu, com o aplauso dos reaccionarios, dos monarquicos e ainda de certos republicanos que, *a bem da Republica*, se não cançam de fazer o jôgo dos seus eternos inimigos.

Paz á sua alma.

Gràve

Sob a epigrafe —*Escroqueries*— a *Gazeta de Arouca*, de 27 do mez findo, escréve:

«Ao que nos consta sucederam em Aveiro, na ocasião da inspéção dos mancebos para o serviço militar, verdadeiras scenas de *escroquerie*, que sería bom que as competentes autoridades averiguassem e fizessem castigar os *escroques*, para que scenas déstas se não repitam na capital dum distrito. Foi o caso: Alguns mancebos dêste concelho—e o que sucedeu com os daqui devia ter sucedido com os dos outros concelhos—fôram, em Aveiro, abordádos por individuos que se prontificáram a isentál-os do serviço militar mediante a quantia de 40$000 réis, quantia que seria recebida após a isenção dos mancebos.

Ora sucedeu que a inspéção isentou os mancebos que entendeu conveniente dever isentar, livre e estranha ao manejo dos que abusaram da ingenuidade dos papalvos para lhes apanhar dinheiro em troca de serviços que não prestáram nem podiam prestar.

Scenas déstas, a serem verdadeiras, como nos foi asseverádo, será bom que se não repitam na séde dum distrito, para que não lhe tenhâmos de mudar o nome para o novo pinhal da Azambuja ou Falperra moderna. A's autoridades competentes deixâmos entregue o caso e oxalá que élas consigam castigar os criminósos, se é que os ha, para honra e brio de aquéla terra.»

E' gràve, estremamente gràve, a revelação que aí fica trazida pela *Gazeta de Arouca*, e que a nós nos compéte tornar bem pública para que as autoridades tómem conhecimento do assunto. Pois quê? Poder-se-ha admitir que dentro do regimen republicano se façam reviver as imoralidades que se julgávam extintas com a quéda da monarquia? Não, cértamente. O livramento de recrutas por dinheiro fez-se aí, ás escancras, no tempo do sr. Conde de Agueda, cujo nome servía aos seu agentes para cometêrem toda a casta de infamias, de explorações e de abusos, escudádos na escandalósa protéção que lhe éra dispensáda nos altos podêres do Estado por intermedio daquêle chefe politico. Hoje não se póde, nem se déve tolerar esse negocio, e por isso nos tornâmos éco do que dizem de Arouca, conscios de que a autoridade averiguará imediatamente da veracidade do caso narrádo, afim de serem punidos os autôres de semelhante *escroquerie*, como muito apropriadamente lhe chama o citádo jornal.

Mas quem serão os *marmanjos?*

Logo vimos...

A *Soberania do Povo* não acredita que o sr. conde de Agueda tivésse aliciádo Homem Cristo para a conspiração monarquica, assim como diz achar infinita graça que êste o viésse denunciar, fingindo desconhecer as ligações existentes entre um e outro.

Se dissése o contrário, creia a *Soberania* que isso é que éra para nós uma incomparável surprêsa; mas bem sabêmos que lhe não convém, entre outras razões por não querêr comprometer mais o grande amigo das mulheres de Agueda, que ora se acha sob o jugo infamante do monstro delator, vergonha da nossa terra.

E esperêmos pelo resto, porque ainda é cêdo para se avaliar do *juiso imparcial dos homens*...

ADIAMENTO

Tendo de se efétuar o julgamento, para o que já estava marcado dia, na semana passada, do agrávo de Jaime Duarte Silva e outros, no Suprêmo Tribunal de Justiça, foi esse julgamento adiádo, sem nova data, e sem que conheçâmos da razão de mais este compasso de espéra.

Porque sería?

Arvores

A' hora que escrevemos, aquéles quatro troncos nus e féros, que estavam, contra todo o bom gosto, espetados no meio da *Praça da Republica*, jazem estendidos no solo derrubados por ordem da ilustre vereação, que acabou por cumprir uma medida que se impunha e que pela terceira vez era tomada.

Antes assim e com éla nos congratulâmos pela sua decisão, ha tanto néstas colunas solicitada.

Se na sua substituição houvér de plantar-se algumas, conveniente sería que fôssem de pequenas dimensões e colocadas sem prejuizo dos edificios, de maneira a tornar mais amplo o largo, uma das poucas cousas bôas que ahi temos.

CARTA DE LISBOA

Ainda os ultimos acontecimentos

A Lisboa febril, agitáda e anarquica da passada semana, com bombas de dinamite e tiros de Mauser, ameaças e insultos, violencias e canalhices, desapareceu completamente, para dar logar á Lisboa pacata, laboriosa e folgasã das épocas normais.

O viajante que desconhecesse a indole da nossa raça, e sobretudo a psycologia especial da nossa primeira cidade, ficaría surpreendido se lhe dissêssem que uma enorme convulsão, ha poucas horas, a tinha sacudido, e que todas as regalías individuais se achavam suspensas, visto que nada vería que indicásse uma situação anormal.

A vida comercial e industrial, retomou o seu antigo movimento, os teatros funcionam com a mesma concorrencia, e a animação nas ruas, cafés, jardins, etc., não sofreu depreciação.

Admiravel povo é este!

Bem educado, bem instruído e bem governádo, sería incontestavelmente o primeiro do mundo!

Para que a normalidade se restabelecêsse, e a confiança entrasse em todos os espiritos—menos, bem entendido, no dos reaccionários, inimigos da Republica, e por consequencia da Patria, que são todos os Moreiras de Almeida, que existem por êsse país além—bastou só que o governo mostrásse um pouco de decisão e energia na repressão da desordem, que estáva destruindo tudo.

A febre das grêves, no nosso país, desde que se proclamou a Republica, não tem sido só a resultante das péssimas condições económicas em que as classes trabalhadôras se encontram, porque não eram élas melhores no tempo da monarquia, que é o maior absurdo politico, e raríssimas vezes esses movimentos se registávam.

São em parte a consequencia dos exageros da propaganda republicana que, no tempo da monarquia, tanta vez prometeu o que a Republica não podia dar, e, sobre tudo, resultam da demasiada benevolencia dos governos da Republica perante a demagogía inculta e desorintáda da rua, que tem nos elementos reaccionários o seu principal centro de impulsão.

Não ha duvida que o operario precisa unir-se e levantar dignamente a fronte perante o capital exploradôr; mas é certo tambem que o deve fazer com ponderação e justiça, sem exagêros nem violencias, que são a negação do seu proprio ideal, como é certo que tem sido vitima da má fé e das artimanhas de muito pescador de aguas turbas,—anarquistas ou jesuitas, todos a mesma gente—que dêles se teem servido para fazerem o seu infame jogo destruidôr, ao mesmo tempo que lhes prejudicam a causa.

Os governos da Republica têm despresádo demais, por um espirito de condenável benevolencia, a disciplina social, que é a base de todo o progresso colétivo, e por isso foi agora necessário o recurso a medidas violentas para fazer entrar na ordem essa onda de anarquia inconsciente e má, ao serviço dos devótos de Santo Inácio de Loiola, que desde muito vêm perturbando a existencia progressiva da Republica.

O país quer ordem para trabalhar e progredir, e por isso apoiou abertamente as medidas do governo, para garantir a segurança e a tranquilidade publicas.

Não fraqueje; sem se exceder, imponha a todos o respeito pela ordem social e administre com inteligencia e honestidade, que terá feito a melhor defêsa da Republica, e, ao seu lado se encontrarão todos os verdadeiros patriotas.

O parlamento, como os leitores já sabem, sancionou a suspensão das garantías, e deu força ao governo para continuar na sua obra de defêza republicana.

A cidade, entregue ao poder militar, retomou, como já dissémos, o seu aspéto absolutamente normal, sendo notável o bom critério e a decisão com que tem procedido a autoridade militar.

O general Carvalhal, comandante da primeira divisão, figura apagada antes da proclamação da Republica, tem-se evidenciádo um espirito superior, e um dos melhores cooperadôres do regimen.

No parlamento houve um pouco do chinfrim do costume, por motivo de uma proposta do sr. Brito Camacho, para o adiamento das camaras, até serem restabelecidas as garantias.

Essa proposta não foi aprováda, e ainda bem, porque causas de descrédito já a Republica tem bastantes.

Na noite de terça para quarta-feira da semana finda, durante êsse dia, e seguintes, éfétuaram-se numerósas prisões, algumas de certa importancia.

No assalto feito á casa sindical, na rua do *Seculo*, casa enorme, de renda cára, e por isso fóra da esféra das associações operárias, geralmente pobres, fôram presos cêrca de 700 individuos de ambos os sexos, e de todas as classes, alguns dos quais inteiramente extranhos á legião dos operários!

Foram conduzidos a bordo, e outros seguiram caminho de mais logares de segurança.

Em vários esconderijos do velho casarão, que o general da devisão fez cercar por peças de artilharia, encontráram-se bombas de dinamite em grande quantidade, bem como várias proclamações anarquistas.

Não resta duvida nenhuma de que essa casa, onde nasceu o maior estadista que o país ainda têve—Marquês de Pombal—propriedade os seus atuais e reaccionarios descendentes, se transformou num verdadeiro laboratorio de explosivos e de desordens, tornando-se perigosa para a ordem social.

A instituição que ali se instalou, de caráter acentuádamente revolucionario, ao serviço dos inimigos do regimen, tem várias ramificações, segundo declarações oficiais, que tomâmos por verdadeiras.

Cumpre agora ao governo, visto ter o fio da meada nas mãos, desmanchá-la completamente e, sem excêssos, mas com toda a firmesa, restabelecer a disciplina social, para interêsse do país e segurança da Republica.

Relacionádo com o movimento de Lisboa, deu-se um conflito na Moita, onde o admistrador foi ferido á machadada, vindo morrer ao hospital.
que se julga gravissimo.

Por tal motivo tem sido presos vários *grévistas*, naquéla localidade.

Oxalá não fiquem impunes os infames autôres de semelhante proêsa.

O parlamento votou a criação de tribunais militares, para o julgamento dêsses incorrigíveis perturbadores da ordem publica.

Trata-se duns tribunais de excéção, que nenhuma simpatía nos merecem, mas como excécional é tambem a situação em que o país se encontra, e como é axiomatico que para grandes males só grandes remédios, a medida do governo tem o nosso aplauso.

Na Penitenciaria déram entrada 132 individuos, entre êles José de Azevedo Castelo Branco, de bem odiosa historia, e Antonio de Albuquerque, o célebre autôr do *Marquês da Bacalhôa*.

Dêsses 132 individuos, faziam parte bastantes crianças de 10 a 15 anos, apanhadas nas rusgas, 20 das quais já fôram entregues á Tutoría da Infancia.

O resto, bréve será entregue aos tribunais ou se lhes dará outro destino, depois de a policia lhes tirar o cadastro.

Vem a proposito retificar algumas inexatidões da nossa ultima carta, filhas da urgencia com que foi escrita e da grande sôma de boatos que corriam, sem que fôsse possivel, de momento, averiguar a sua exatidão.

Assim, dáva-se como causa da prisão de José de Azevedo, o fato déle ter sido encontrado a distribuir armas a vários arruaceiros.

Não é verdade.

Posto que fôsse capaz de o fazer, o motivo da sua prisão foi a apreenção dumas cartas, por onde se prova a sua intervenção no movimento.

Tambem a gréve não foi geral, como dissémos, e então constáva. Quasi todas as oficinas, fabricas e obras deixaram de funcionar, é certo, mas não por expontanea resolução dos seus operarios.

A causa foi, na sua maior parte, a intimidação e a violencia exercidas por um numeroso bando de... *cavalheiros*, alguns muito conhecidos da policia, que se déram a mpregar o argumento da pistóla e da dinamite.

Déssas involuntarias inexatidões pedimos desculpa aos nossos leitôres, prometendo não os massar mais com este género de jornalismo, para que não têmos competencia.

Quanto ao mais, está cérto.

J. Rodrigues Lourenço.

Companhia de zarzuela

De passagem para Coimbra, tivémos no nosso teatro ante-ontem e ontem dois soberbos espétáculos pela companhia de zarzuela espanhola que tem representádo no teatro Sá da Bandeira, do Porto, e que o publico aveirense apreciou, ovacionando os principais artistas como José Parera, Carmen Sauz, Josefina Ostorga, Lorenzo Simonetti, etc.

Na primeira noite subiu á cêna *La Tempestad*, melodrama lirico, original de D. Miguel Ramos Carrión, com musica de Chapi e na segunda o *Campanone*, cujo desempenho tambem não podia ser melhor.

A musica de ambas as zarzuelas, que é lindissima, levou a plateia a pedir a repetição de varios numeros entre prelongadissimos e bem merecidos aplausos, como de ha muito já não viamos, dispensádos pelos frequentadores daquéla casa.

A' emprêsa Vieira os nossos parabens pelas noites agradabilissimas que nos proporcionou e aos amantes da bôa musica que aqui floréscem como cogumelos...

Dr. RODRIGO RODRIGUES

Dizem-nos da capital:

Já começou a sentir-se a sua acção moralisadôra e justiceira na direcção da Penitenciária de Lisbôa.

Aquêle importante estabelecimento do Estado, que comporta mais de cem empregádos de todas as categorias, e cujo movimento anual de receita e despêsa orça por mais de uma centena de contos, andáva muito afastado do regulamento, isto é, muito fóra dos eixos.

No tempo da monarquia, foi um viveiro de empregádos inuteis, mas tinha um regulamento, e esse ao menos cumpria-se em algumas das suas determinações.

Derruida a maldita monarquia, o velho regulamento não foi substituido, nem passou a ser letra morta; e quanto a viveiro de empregádos inuteis, não só foi mantido quanto existia, como fôram criados novos logares, sem que as necessidades do serviço os justificasse, e alguns até contra determinação expressa do regulamento e tambem com pouca consideração pela moral.

A Republica, tão simpáticamente acolhida por toda a parte, não mantêve, por muito tempo, nêste estabelecimento, a simpatia que devia ter, pelo grande numero de republicanos que lá havia, precisamente porque o bom senso não determinou a sua norma administrativa, sendo injustamente feridos muitos republicanos, ao passo que eram beneficiados antigos talássas e podengos da monarquia, sem que a competencia os recomendásse.

O dr. Rodrigo Rodrigues, que todo o país conhece como um alto espirito, ponderado e justo, já começou por *acertar a pendula do relogio*, pondo cada um no seu logar, e por atender a irregularidades de outra naturêsa.

Muito tem, porém, que fazer; sendo com tudo o seu talento e o seu grande caráter, garantia segura de que fará, completa, uma obra limpa, justa, digna do homem a quem a Republica déve os mais altos serviços.

O que ácêrca do nosso numero de homenagem dizem alguns colégas:

De *O Patriota*, de Aveiro:

Dr. Rodrigo Rodrigues

Fez no dia 25 um ano que este ilustre democrata tomou posse do logar de governador civil dêste distrito.

O nosso coléga local *O Democrata*, comemorando essa data, dá á estampa o seu retrato envolto em artigos de varios cavalheiros conhecedôres do caráter integro do dr. Rodrigo Rodrigues, que assim quizéram prestar-lhe a homenagem de justiça.

E' com verdadeira satisfação que nos associâmos a essa homenagem porque o sr. dr. Rodrigo Rodrigues esteve sempre, durante a sua governação, ao lado do povo, lutando sempre pela sua causa e procurando quanto poude satisfazer a todas as necessidades do mesmo povo.

* * *

De *O Radical*, de Oliveira de Azemeis:

Justa homenagem

O nosso distinto colléga, *O Democrata*, de Aveiro, dedica o seu ultimo numero ao sr. dr. Rodrigo Rodrigues, que foi governador civil dêste distrito e que desempenha atualmente as funções de director da Penitenciária de Lisbôa.

Publica o retrato do austero republicano e insére artigos do dr. Mélo Freitas, major Peres, dr. André Reis, Beja da Silva, A. C., dr. Samuel Maia, deputado Aberto Souto, dr. Abilio Gonçalves Marques e da Redacção.

Associamos-nos sincéramente á homenagem que *O Democrata*, tão espontaneamente e com tanta justiça, presta ao dr. Rodrigo Rodrigues.

* * *

Do *Jornal de Vagos*:

Homenagem do "Democrata"

O Democrata consagra o seu ultimo numero ao sr. dr. Rodrigo Rodrigues, ex-governador civil do distrito de Aveiro e atualmente director da Penitenciária de Lisbôa.

Como governador civil, o sr. dr. Rodrigo Rodrigues prestou relevantes serviços, concorrendo com os seus processos governativos e verdadeiramente republicanos para a normalidade politica do distrito.

E' pois justa a homenagem do *Democrata*, á qual sincéramente nos associâmos.

O inverno

Os ultimos temporaes, que coincidiram com as chamadas — *marés vivas* — tornaram de tal maneira volumosas as aguas da nossa ria, que estas, saindo do seu leito, alagáram por completo a parte baixa da cidade, onde o transito teve de sêr feito durante alguns dias e ás horas da cheia, em trens, barcos e outros meios de conducção, pois algumas ruas houve em que a agua chegou a atingir um metro e mais de altura.

Os prejuizos não são de grande monta, mas ainda assim alguns ha, especialmente nas marinhas e piscinas.

OS PESCADORES

Situação aflitiva da classe

No seu numero de 6 de janeiro do ano proximo findo, tratou largamente *O Democrata*, das já então aflitivas circumstancias com que se debatia a classe piscatoria, assim como inseriu a representação que, em nome déla, a benemérita *Associação dos Bateleiros* fez chegar ás mãos do ministro da Marinha por uma comissão sua delegáda e na qual se esplanáva com, absoluta claréza e verdade as suas justas pretenções, e as providencias e medidas que se tornávam indispensaveis tomar.

Em maio do mesmo ano instalou-se nésta cidade uma comissão composta de três oficiais da armada, afim de estudar o processo e meios que, de acôrdo com o expôsto pelos pescadores, pudéssem remediar e modificar as razões das suas queixas e a verdade das suas petições.

Problêma dificil, sabêmos que, apezar dos continuádos trabalhos da incançavel comissão, estão êles ainda muito longe do seu têrmo, continuando portanto a agravar-se a situação, de ha muito aflitiva, da classe piscatoria de Aveiro, que viu já emigrar para o estrangeiro, alguns dos seus membros a quem os pezados encargos de familia a isso inadiávelmente os obrigou.

Déssa pobre classe, digna de todo o apoio das instancias superiores e para a qual chamâmos a atenção do nobre governador civil do distrito, que muitissimo bem conhece o assunto, visto que dêle tratou bem de pérto, quando tinha a seu cargo a capitanía do porto, como seu digno comandante, déssa pobre classe, diziâmos, nasceu e foi proposta como provisoria, á ilustre comissão, fôsse concedido aos pescadores não matriculados, visto a lei limitar-lhe o numero, pescar nas três linhas denominadas o *Cabelo*, *Pampilhosa* e *Debaixo*, proposta unanimamente aprovada, visto que o resultado déssa tentativa convir á mesma comissão para determinados fins e confrontos.

Isto foi em dezembro findo.

Prevenidos os interessados, arranjáram estes os barcos, aparêlhos e rêdes, com grande sacrificio dos seus miseros havêres e quando tudo estáva pronto para o ensaio, a comissão entendeu declarar que dáva o dito por não dito, não autorisando a tentativa!

Esta resolução, por inesperada e oposta ao que já tinha sido prometido e acreditádo com toda a fé, causou profunda e desagradavel impressão entre a classe e nomeádamente entre os que se tinham, com tanto sacrificio, preparádo para a faina e tudo foi exposto á comissão que por sua vez, compreendendo a sobêja razão que assistia aos reclamantes, lhes disse que após uma visita que o ilustre capitão do porto iría fazer ás linhas indicadas, sería feita a imediáta concessão para que êles fôssem pescar.

Inteirada a classe do iminente *desideratum*, embora provisorio, para esta questão, que tanto tem custado em esforços e sacrificios aos seus membros, além da guerra surda que lhe tem sido feita por desleais companheiros baseádos em inconfessáveis interesses e ainda aquéla que, por méra ganancia de alguns proprietarios de piscinas, sobre éla tem incidido, mais uma vez a esperança animou os que viam a probabilidade de obterem pão para os filhos.

Até hoje, porém, debalde espéram os pescadores que a visita do sr. capitão do porto se realise, e como consequencia déla, lhe seja dáda a respétiva autorisação de principiárem a luta pela existencia, que dia a dia se agrava triste e desesperádamente.

E dizêmo-lo assim porque conhecêmos bem de pérto as agruras e angustias que muitas familias estão, portas a dentro, atravessando, ainda que minoradas pela exclusiva e reconhecida filantropía de alguns negociantes de pescado, que se não poupam a deminuir aquélas dificuldades, mas que reconhecem a absoluta impossibilidade de poder manter os seus beneficios, tão longe ainda vêem o têrmo da situação.

O que sucintamente aqui referimos, anima-nos a solicitar da comissão, assim como do digno capitão do porto nosso presado amigo, sr. Silverio Rocha, toda a sua pronta interferencia no caso, de fórma a que lhe seja dádo a mais rapida solução a que tem incontestável direito a classe piscatória de Aveiro na parte das suas já velhas reclamações e em especial na proposta que provisoriamente apresentáram, e foi aceite, para podêrem pescar nas três linhas indicádas.

E' de toda a justiça que se seja atendida esta gente, hoje muita déla na miséria, que não vive, por certo, de proméssas e palavras, que é o que só tem ouvido, vai para dois anos.

Tribunal do Porto

E' no proximo dia 15 que se realisa, nêste tribunal, o julgamento dos implicádos na tentativa de agressão ao digno administrador do concelho, sr. Beja da Silva, que só por verdadeiro milagre conseguiu saír incolume da chuva de pedras e tiros que sobre êle insidiu.

Ôs reus são todos da freguezia da Oliveirinha, onde o caso se deu vai para nove mezes.

A questão do teatro

DECISÃO DO TRIBUNAL DE AVEIRO

O despacho proferido, na segunda-feira, pelo presidente do tribunal do comercio da comarca nos autos de reclamação, aos quais já nos referimos em artigo anterior, deixou desconsoládas e tristes as hostes *valorosas* dos nossos adversários.

Não teem rasão, porém, para isso, os ilustres reclamantes e seus adéptos, porquanto aquêle despacho, ou dicisão, é profundamente jurídico em presença do processo, por virtudedo art.º 283, n.º 2.º do cod. proc. civ.

Bem sabêmos que áquélas aguerridas hostes melhor conviría que o douto magistrado deferisse ao pedido dos reclamantes, partes ilegitimas, e suspendêsse as diliberações da Assembleia Geral de 21 de janeiro.

Convinha-lhes, sim, acreditâmol-o piamente. Mas, se assim fôsse, desprezar-se-ia a lei—com o que, diga-se, os nossos adversarios jámais se importáram—cometia-se uma injustiça, violávam-se disposições claras e expressas do codigo comercial e do respétivo processo.

Entretanto, para aí não foi, nem irá nunca, aquêle integerrimo juiz, que é para todos nós, a quem distribue justiça, a mais segura garantia da sua réta e imparcial administração.

Enfureçam-se, zanguem-se. Ficarão com as suas zangas, ficarão com as suas fúrias.

Mas, sò por sarcasmo e irrisão é que essa gente se arvóra, hoje, em defensôra da lei estatuária!

Êles, que a calcáram, que a esfarrapáram!... Eles que jámais trataram com zêlo, dedicação e desinterêsse os assuntos ou negocios relativos á sociedade, aparecem agora a dizerem-se defensôres da lei e dêsses negócios! Só por troça!

Senão vejâmos: a escrituração social tem sido, e é, um cáos; o teatro tem sido votado ao mais completo abandono, livros de actas de sessões nem existiam, nem em qualquer tempo se efétuaram sessões. Até há poucos anos os *déficits* subiam espantosamente e se não fôra a actividade de Manuel Lopes da Silva Guimarães o passivo social sobrepujaría, em bréve, enormente o activo. A falencia sería inevitável, se tal intervenção não se dá a tempo, porque até ali a fiscalisação e administração eram nulas.

E, agora, para coroar toda essa obra ingente da *talassaría* no teatro, a autoridade fiscal, quando a nova direcção se propunha tudo regularisar, apreende-lhe os livros todos porque não estavam, nunca estivéram selados como a lei ordena! E a sociedade terá de pagar á Fazenda Nacional uma pesáda multa por virtude de transgressão da lei e regulamento do sêlo.

Onde está, pois, todo esse grande e apregoádo respeito pela lei, pelos estatutos, e amôr pelo desenvolvimento e progresso do nosso teatro?

Mas ha mais:—Determina o art.º 31 dos estatutos—disposição que os nossos adversarios teem tambem infringido—*que a direcção apresentará anualmente e até ao*

primeiro domingo de fevereiro, o mais tardar, o relatorio e conta de sua gerencia acompanhados do parecer do conselho fiscal.

Hão. por ventura, observado estes preceitos as *talássicas* direcções? Não. Em 1911, para a sociedade ter conhecimento do seu estado economico financeiro foi necessário que alguns acionistas a isso obrigassem a direcção, requerendo-o á presidencia da Assembleia Geral.

Caso identico se tinha dado em um dos anos anteriores.

No ano citádo estêve a sociedade á espéra, até 23 de abril, de saber aquilo de que devería ser-lhe dado conhecimento em janeiro, em virtude da lei social.

E não obstante, néssa sessão de 23 de abril se haverem tratádo de negocios de alta vantagem e utilidade sociais, e de imediáta execução, em 21 de janeiro de 1912 não estáva, nem o está ainda, lavráda aquéla acta!

Por aqui vão vendo, os espiritos imparciais, a quem assiste a razão e a justiça, se sim ou não a obra de saneamento levada a cabo pela maioria do acionistas foi justa e merecida.

Justissima, merecidissima.

Quando é que se resolverá a Comissão Central de Execução da Lei da Separação a nomear nova Comissão Concelhía de Aveiro, visto a primitiva se ter demitido em virtude das desconsiderações aqui apontádas, não se poderá saber?

AS CONTRIBUIÇÕES

Sempre têve repercussão nos altos poderes do estado o clamôr dos contribuintes do concelho de Aveiro e outros pertencentes ao distrito, visto já aí se encontrar um inspector de finanças de 1.ª classe nomeádo pelo respectivo ministro para examinar os lançamentos das contribuições e informar-se do que é passado.

Fm abono da verdade compéte-nos dizer que talvez a culpa do que se deu não seja dos empregados que, na repartição, fizéram esse serviço, mas sim dos informadôres, que, não querendo estar com mais trabalho, tambem se não importaram que os calculos lhe podéssem sair errados, como saíram, dando em resultado a grande salsáda que se viu.

Este assunto é daquêles que demandam da maior atenção e por isso ao sr. Nicolau Gomes pedimos lh'a preste toda para que nenhum contribuinte se sinta lesádo em relação a outros que porventura tivessem sido beneficiádos.

Relatório

Recebêmos o do *Centro Democratico de Instrução Dr. Alves da Veiga*, do Porto, relativo á gerencia do ano de 1011, cuja leitura nos veio dar mais uma prova do zêlo e dedicação com que nêste gremio se administra, o que aliás não era novidade para nós.

Agradecêmos.

UM NAUFRAGIO

Incendeia-se o hiate SILVA GUERRA que sossobra—Morte de toda a tripulação

Em pequenas dóses, num crescendo alarmante, veiu até nós a confirmação duma das maiores desgraças passadas no nosso litoral com horas de indiscritivel amargura para os infelizes que marchavam para a morte, cercádos de todo o horror, que a ninguem é dado medir, senão aos que tem a profunda desventura de experimental-o.

Como não pulsariam esses desditosos corações ao aproximar-se o barco salvador, que, convencido não haver que salvar, de novo os abandona entregues ao seu supplicio, á morte certa!

Profundamente triste, extraordinariamente impressionante!

Com que amarissima saudade não passou pela mente dêsses infortunados, que a aza negra e medonhamente horrorosa da morte roçáva já, o conforto do seu lar, embora pobre, o meigo sorriso da esposa, os filhos estendendo-lhes os braços!...

Como se não vivificaria naquêles corações todo o quadro dôce dos seus anteriores regressos a casa, entre a alegria de todos, naquéla paz harmoniosa, sucessora da fadiga e da ausencia, linitivos bem compensadores das agruras do arduo trabalho sobre as ondas do mar!

E eram élas, furiosas, implacáveis, abrindo valas profundas, que os iriam tragar—que não deixariam jámais que os pobresinhos estreitassem no peito a esposa querida e os filhos adorados!

Tudo se extinguiria, dali a pouco, no horrivel estertor do afogado. Dêles e do seu martirio ficaria a lembrança saudosa e pungente; os filhos e as familias para choral-os, a sociedade para estremecer, impressionada, defrontada com tamanha desgraça!

* * *

O hiate *Silva Guerra* era um peqneno barco, elegante, bem armado, medindo 150 toneladas brutas, pertencente a esta praça e propriedade do sr. Luis Naia e Silva, da viuva de Joaquim Guerra, de Ilhavo, e outros, estando seguro na companhia *Comercio e Industria*.

Fôra fretádo por o sr. Manuel Pereira Serrão, residente na praça de Lisboa, que o carregára de sal, cal e papel com destino a uma ilha dos Açôres, S. Miguel, se não nos enganâmos.

Largando para o seu destino o tempo carregou furiosamente e arrastando-o de novo para a nossa costa, foi pedido socôrro, partindo de Lisboa o rebocador *Bério*, para lhe prestar o indispensavel auxilio.

Ao aproximar-se, porém, deuse a bordo do hiate uma explosão, manifestando-se incendio, e não sendo possivel ao rebocador avançar mais, retirou.

Era quasi noute.

O temporal recrudesceu e o mar impetuoso, furiosamente revolto, não deixou entrar a barra o couraçado *Vasco da Gama*, que, corrido para o norte, avistou o hiate e dêle se aproximou na heroica e humanitaria resolução de salvar os tripulantes. Estes já tinham, todavia abandonado a embarcação e a pouca distancia se conservávam numa baleeira, fazendo os mais denodados esforços para denunciarem a sua presença.

Estáva, porém, escrito na pagina negra das suas vidas, que de tal não déssem de bordo do couraçado, e, convencidos do abandono do barco incendiado, fizéramse ao largo seguindo a sua derrota!

Minutos depois sossobrava o casco do hiate, que as chamas consumiam e uma volta de mar, negra como um tumulo, amortalháva na sua espuma esbravejáda, submergindo no seu seio tenebroso, os dez desventurados, que a fatalidade do destino ali levára!

Um grito de pavor ecoou na praia onde centenas de testemunhas presencearam a tragedia horrorosa, sem a possibilidade mais insignificante do mais léve auxilio.

A tempestade bramía cada vez mais tenebrosa, as ondas redemoinhávam medonha, infernalmente, e o firmamento, imutavel, dava passagem a rôlos pesádos e densos de nuvens, que num turbilhão vertiginoso se chocávam, confundindo-se na sua corrida acelerada sobre o palco onde o mar sumía o ultimo vestígio da pungente tragédia.

* * *

Mulheres piedósas, homens e marinheiros rudes da Ericeira, apavorádos, chorávam e erguiam as mãos suplicantes ao Deus salvadôr, *que tudo póde!*... Não os ouviu, como tantas vezes não tem ouvido outras tantas suplicas, nascidas da alma, vindas do coração, ungidas de lagrimas amargas e invocativas da sua grande piedade, da sua incomensuravel misericordia!

O mestre do barco, José São Marcos, horas antes da sua largáda, recebêra a noticia do falecimento de seu irmão mais velho, o Samuel, que a morte fulminára, repentinamente, no seu posto de contra-mestre, a bordo dum barco que servía e que estáva ancorado em Matosinhos.

O piloto era um rapaz nov, cheio de vida, que fizéra ha poucos dias o seu exame, e, aprovádo, iniciáva a bordo do *Silva Guerra*, a sua primeira viagem com aquéla categoria.

O outro piloto, pertence á familia Velha, de Ilhavo, assim como mais seis dos tripulantes, são tambem désta proxima vila. Os restantes éram do Algarve.

Ilhavo, nêste, momento chora, pois, a perda de oito dos seus filhos, de quem lamentâmos ignorar os nomes para aqui os registar, e distintamente, ás suas infelizes familias, enviar o preito de toda a nossa homenagem e da nossa mais sincéra condolencia.

José São Marcos, deixa viuva e filhos nas mais precárias circumstancias, assim como quási todos os seus companheiros.

O *Democrata*, perante tamanha desgraça, associa-se ao luto da vila de Ilhavo e de todos aquêles que derramam lagrimas de dôr pelos martires que a fatalidade lhes arrebatou.

In memoriam

Passou, no dia 5, mais um aniversario da morte do velho republicano Francisco Antonio de Moura.

E' sempre com a maior saudade que recordâmos essa triste dáta e que invocâmos a sua memoria como sendo a dum grande, a dum benemérito cidadão a quem especialmente os pobres de Aveiro dévem assinaládos beneficios.

Para comemorar o funebre aniversario, enviou-nos, como de costume, o seu e nosso amigo, sr. José Ferreira Pinto Junior, do Porto, a quantia de 5$000 réis para ser distribuida em esmolas pelos pobres mais necessitados, protegidos do *Democrata*, o que rigorosamente foi cumprido.

Eis a relação dos contemplados: Loduvina de Jesus Peixota, da rua de Santo Antonio, 500 réis; Antonio de Matos, o *Pila*, idem, 500 réis; Joana Rosa, rua de S. Martinho, 500 réis; Emilia do Egidio, da Beira-mar, 500 réis; Rosa Vilaça, rua do Loureiro, 500 réis; Rosa Vinagre, idem 500 réis; Adelaide Vilaça, rua do Loureiro, 500 réis; João Graça, idem, 500 réis; João Pito, rua do Norte, 500 réis; Margarida das Neves, rua Miguel Bombarda, 250 réis; Rosa das Neves, idem, 250 réis; Clara da Apresentação, rua da Fonte Nova, 500 réis.

Alguns déstes necessitádos recebêram a esmola em géneros alimenticios, que fôram comprádos e entregues na mercearia do sr. Albino Miranda.

Em nome de todos, os nossos agradecimentos ao generoso bemfeitor.

A AGENCIA DO BANCO

A Associação Comercial e a Câmara Municipal enviáram diréctamente á séde do Banco de Portugal, em Lisboa, representações advogando a iniciativa tomada pela Associação dos Construtôres Civis, á qual no nosso numero passado nos referimos, e solicitando a construção dum novo edificio destinádo ao serviço da sua agencia nésta cidade.

Consta, comtudo, que é cousa resolvida a construção dum novo edificio no terreno que fica anexo as traseiras da casa onde funciona a Caixa Economica e que désta é propriedade, parecendo que para êle serão mudadas as instalações da referida Caixa, continuando onde está a agencia do Banco pelo que pagará a anuidade de quinhentos mil reis.

Tudo, porém, se modificaría se a petição apresentada fôsse aceite pela séde do Banco, ordenando a construção duma casa para o exclusivo serviço da sua gerencia de Aveiro.

Com esta resolução ganharía a direcção geral do Banco, ficando na pósse dum edificio, a cidade, contando mais uma nova construção e o operariado, onde por algum tempo poderia auferir o pão de cada dia.

São esses os nossos mais sincéros votos, os votos de todo o poaveirense.

Folhêto

Pousa ha dias em cima da nossa mêsa de trabalho um folhêto sobre o serviço de saude das colonias, em que o seu autor, o tenete farmaceutico Francisco Marques da Naia, péde ao governo o que é de justiça se faça, escudádo em vários decrétos e artigos da lei, que regulam nas nossas provincias ultramarinas, os assuntos especiais a que se reporta.

O caso já foi tratádo no parlamento esperando-se, por isso, que o sr. ministro das colonias dêle tome conhecimento ordenando o que é de direito e mais em harmonía esteja com as reclamações dos interessádos.

Calendário

Recebêmos um egual ao que a companhia de seguros *La Union y el Fenix Español* costuma distribuir pelos seus freguêses

Agradecêmos.

Necrologia

Faleceu nésta cidade, o sr. Severiano Juvenal Ferreira, escrivão de direito na disponibilidade e filho do sr. Miguel Ferreira de Araujo Soares.

= Em Guiães, no Douro, tambem deixou de existir a companheira do nosso amigo sr. Artur Peixoto, a quem, bem como á familia de Severiano Ferreira, enviâmos os nossos pêzames.

CARTA

Escreve-nos um cavalheiro de reconhecida probidade:

Sr. Redactor

Chamo a sua atenção para o assunto que segue, certo de que V. o transmitirá ao publico e a quem competir, no seu mui conceituádo Democrata, *afim de terminarem abusos ou casmurrices que já não estão no espirito da época, nem entráram nas leis da Republica.*

Eil-o:

Presumo, sr. redactor, que a secção masculina do Azilo Escola Distrital não é regida por um regulamento civil, oficial, mas sim por algum regulamento de sacristia; e se não, vejâmos: Não ha diasantosinho de guarda, *nenhum, dos marcados lá pela bitóla elastica da egreja, que os rapazes o não passem na brincadeira, (principalmente de tarde), e no estrago dos instrumentos musicos—aquêles belos instrumentos estrangeiros que custáram um dinheirão no tempo da esbanjadôra* vereação talassa! *Nêsses dias, pois, os internados certamente nem teem aulas de leitura e escrita, nem trabalham nos seus oficios. Já ha bastantes mezes, até, que repáro em tal; mas ultimamente com mais atenção, e assim, noto agora que, em 8 de dezembro, em 6 de janeiro e em 2 de fevereiro, fôramdias de verdadeira pandega para os rapazes. E então, os da inutil fanfarra não se fartaram, nêste ultimo dia, e da uma ás cinco, consecutivamente, de ainda mais desafinarem as* gaitas *do que élas já estão! Por tudo isso acódenos interrogar: então o Azilo é uma benéfica escola para ensinar as letras e vários oficios a rapazes pobres, ou colegio de aprendizes de filarmonica e sacristia?*

Daqui a pouco só falta mandál-os á missa aos domingos e dias santificados e fazer-lhes uma prédica religiosa todos os dias ao deitar e levantar da cama!...

Eu não quéro indagar se todos os mestres ou professôres são católicos e apostólicos, e se guardam religiosamente os dias santificádos lá pelo calendário romano, pois isso nada tem para o caso; o que é uma verdade,—e que é preciso seguil-a—é que todos esses dias são uteis para trabalhos intelectuais ou manuais, em todas as escolas, oficinas e colégios oficiais. O que sabêmos é que o Azilo é uma escola-oficina do Estado, e como tal deve ter um regulamento civil, oficial, em vez duma folhinha de egreja; e tambem sabêmos, como egualmente o deve saber todo o pessoal ali empregue, que os feriádos estauídos nas leis da Republica são cinco, além dos domingos: 1 e 31 de janeiro, 5 de outubro, e 1 e 25 de dezembro. E disto não ha fugir.

Valha-nos para o caso o nosso vice-presidente da Comissão Administrativa Municipal, Manuel Augusto da Silva, que tem um habilissimo geito para endireitar estas coisas...

E V., sr. redactor, diga sobre o assunto o que entender de justo e preciso, para tambem ajudar a entrar estas anomalias nos respétivos eixos.

Áveiro, 4—2—912.

Um seu amigo e leitôr.

Da nossa parte entendêmos que a carta do nosso amigo diz tudo. E' bem clara para que a câmara fique inteirada do que se passa e tome as providencias necessárias e em harmonia com as leis vigentes.

Alfaiateria

Pelos nossos amigos e correligionarios, José Pinheiro Paupista e João de Deus Marques, foi tomáda de tressásse a que ao alto da rua de José Estevam possuia o sr. Antonio Modesto, a esta hora a caminho do Brazil.

Atentas as habilitações e seriedade dos novos proprietarios do *atelier*; é de prevêr que ali tenham um largo futuro, devéras para estimar e desejar áquêles bons amigos.

Ainda as contribuições em Aveiro

E' consolação ter companheiros na desgraça, embora leve, como diz Cicero numa das suas cartas.

Quando um mal a todos atinge, sempre algum alivio ha que atenua o rigôr do sofrimento, e até o nosso egoismo se sente lisongeádo.

Esta modalidade do nosso espirito muito sucinta e claramente a traduz o povo néstas palavras—*o mal de muitos é conforto*.

Esta nésga de bôa e chã filosofia é-nos sugerida pela caramunha surda, mas justa e intensa, que por aí a cada passo desabafa da bôca de dezenas de individuos, em geral os que cumpriram a lei do inquelinato, e que, no devido tempo, apresentaram os titulos dos seus arrendamentos, dando honradamente o corpo ao manifésto.

Esses *ingenuos* cumpridores da lei, como por aí lhe chamam, e em cujo numero infelizmente nós entrâmos, aguentam em cheio e a pé quedo, todo o rigôr da desumana percentagem, que leva couro e cabelo, ao passo que inquelinos que, de acôrdo com os senhorios fizéram ouvidos de mercador, não apresentando os titulos de arrendamento, nem sófrem as consequencias da sua desobediencia, e, ainda por cima, são premiados com uma coléta que lhes dá ensanchas para mais uma sardinha na brasa.

Os factos são elequentes de mais para metermos uma rolha na bôca.

Ha nésta cidade casos como éste:— predios de 5$500 e 7$000 réis mensaes, coletados em 12 e 15 mil réis, ao passo que outros, cuja renda foi sempre de 10$000 réis e mais, tributádos em 7$000 ou quando muito sete e quinhentos! Devem servir de termo de comparação, os que puzéram o préto no branco, apresentando-os por sua vez, sem que nêste caso, a cartilha para os informadôres não seja a mesma.

Não têmos inveja das mercês que o diabo ou Deus faz aos outros, mas queremos que aqui, tratando-se de contribuições seja atendido o sensáto criterio do sapateiro de Braga —*on comem todos ou ha moralidade*.

Comidos e mal págos, é muita cousa junta! Lembrâmos isto ao sr. Nicolau Gomes, encarregado de revêr o lançamento das contribuições nêste concelho, e em especial nêsta cidade.

Equidade e a devida proporção, porque nós tambem sômos filho de gente casada e valêmos, nêste caso, tanto como os outros.

Um queixoso.

NOTAS DA CARTEIRA

Vimos em Aveiro, os srs. dr. Henrique Pinto, oficial do registo civil em Setubal; Elias Marques Mostardinha Junior, da Oliveirinha; Manuel Simões Dias Pereira, de Ouca; Raul Soares, empregado de Fazenda em Lisboa; dr. Luiz do Vale, juiz de Estarreja; dr. Adolfo Coutinho, delegado na Vila da Feira; Teixeira Ramatho, de Cacia, etc.

= Deu á luz uma creança do sexo feminino a esposa do nosso amigo Alfredo Osorio, digno farmaceutico local.

= Está doente o sr. João Aleluia, proprietario da fabrica de louça dos Santos Martires, a quem desejâmos as melhoras.

= Deu-nos o prazer da sua visita o sr. José Maria Tavares, ha pouco chegádo do Pará e que vem descançar algum tempo na sua casa de Sarrazola.

= Tambem hoje esteve nésta redacção a cumprimentar-nos, o sr. José Vieira da Silva, de Vilar, mas que ha quatro anos se encontráva em Manaus. Vem de perfeita saude e conta demorar-se alguns mezes com súa estremosa familia.

= Regressou de Cêpos, o sr. Julio Martins de Almeida, professor da Escola Normal.

= Em propaganda do jornal A Lucta, *encontra-se dêsde ha dias nésta cidade, o sr. Joaquim Correia Apolinario, a quem agradecemos os seus cumprimentos.*

= Estimámos saber que se encontra em via de completo restbelecimento, a dedicáda esposa do nosso presadissimo amigo, dr. Abilio Marques, que depois da operação a que se sugeitou em Lisboa, regressou á sua magnifica vivenda da Costa do Valádo.

= Consorciou-se em Ilhavo com a sr.ª D. Emilia Razoilo, o sr. Domingos Rei Neto, ropaz modesto e de caráter, que em bréve deve siguir a desempenhar o logar de escrivão em Timor.

= Faz depois de ámanhã anos o sr. dr. Joaquim de Melo Freitas, governador civil substituto e nosso estimado conterraneo e amigo.

Anticipadamente o abraçâmos.

"O Democrata,,

De hoje em diante êste jornal deixa de vender-se no *Kiosque da Praça Luis Cipriano*, podendo, no entanto, ser procurádo, no **Kiosque Pereira,** situádo ao pé do mercado do Côjo.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

FEVEREIRO

DIAS	PHARMACIAS
11	MOURA
18	LUZ
25	RIBEIRO

Imprensa

Completou um ano, o nosso colêga local *A Liberdade*, dirigido por Alberto Souto com o concurso de Rui da Cunha e Costa.

Jornal republicano, como republicanos são aquêles que o escrevem, *A Liberdade* tem-se destacádo e mantido, com firmeza, dentro do programa traçádo no primeiro numero, o que só lhe tem valído elogios, principalmente da parte do Grupo Democratico onde tem praça assente.

Felicitâmol-o com cordealidade.

= Recebêmos a visita de mais tres novos jornaes: *A Humanidade*, bi-semanário de Coimbra, que se destina á propaganda democratica e social, dirigido por Ernesto Donato; *O Livre Pensamento*, semanario lisbonense de propaganda anti-clerical, da direcção de Augusto José Vieira, e o *Povo de Agueda*, jornal de cuja leitura nos ficou a impressão de que é destinádo a agrupár em volta do sr. Antonio José de Almeida os elementos do concelho que faziam parte dos 20:000 votos com qu

o filho do sr. Albano de Mélo aderiu *sincéramente* á Republica, após o 5 de Outubro. Este tem por director Abilio Napoles.

A todos cumprimentâmos e desejâmos longa existencia.

= O n.º 31 do *Archivo Democratico*, *magazine* de propaganda que se publica ha trez anos em Lisboa, vem, como os seus anteriores, interessante.

Abre com uma perfeitissima fotografia do sr. dr. Estevão de Vasconcelos, ilustre ministro do fomento. A seguir deparam-se-nos oito paginas de texto, firmando os nomes bastante conhecidos nas letras da nossa terra, como Fernão Boto Machado, Victor Leal, Martins Monteiro e Tomaz da Fonseca, o director da revista.

Registando a receção dêste n.º, cabe-nos, por ultimo, dizer que o *Archivo Democratico* anuncia para o seu proximo numero a fotografia do general Constantino de Brito, antigo republicano e livre pensador, com biografia traçada pelo strenuo combatente Fernão Boto Machado.

Maquinas falantes

Com um novo sortido de maquinas falantes, que o sr. Batista Moreira, com estabelecimento na rua Direita (espuina da rua do Passeio) acaba de adquirir nas primeiras casas do genero, tanto nacionaes como estrangeiras, Aveiro tem ocasião de fazer optimas compras não só daquêles interessantes instrumentos, modérnamente usados por todos quantos mais présam a boa musica e a audição dos melhores artisas do mundo, mas tambem dos melhores discos que o sr. Moreira egualmente possue, respeitando-se tanto nêstes como naquelas, os preços que lhes pertencem nos respectivos catalogos.

Recomendâmos, por isso, a todos os leitôres que visitem a acreditada casa do sr. Moreira quando pretendam fazer compras désta espécie, porque néla encontrarão as mesmas vantagens e segurança que pódem encontrar nas casas do Porto e Lisboa, sem os encargos de despezas de viagens e transportes, o que é muito importante.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

Livros, Revistas & Jornaes

"Versos dum Cavador,,

Segunda edição, coligidos por Tomaz da Fonseca, sob as vistas do autor, Manuel Alves.

Raras vezes acontece aos livros portuguesês o que a este livro aconteceu —que foi exgotar-se em menos dum ano!

Edição pouco agradavel á vista, preço elevado, apesar disso nada obstou a que o povo comprasse o livro, divulgando-o pelos campos.

Que êle é, na verdade, curiosissimo.

Nunca, em lingua portuguêsa, apareceu nada tão genuinamente nosso, tão popular, tão português, tão amoroso. Por toda a parte onde este livro apareceu, os moços decoraram-no, os poetas admiraram-no, os criticos discutiram-no e todos o aplaudiram com calor.

E não só portuguêses; os proprios estrangeiros não regatearam louvores ao singular poeta. Em Hespanha, Italia e França, o cavador Manuel Alves foi discutido e foi cantado. Tomaz o Canisaro por exemplo, cantou-o num explendido sonêto e Elisée Reclus, o imortal geografo, celebrou-o numa das suas cartas.

Pois a obra que então causou tanta impressão é a mesma que hoje sáe, em nova edição, correcta e aumentada, com ilustrações no texto, melhor papel e por metade do preço primitivo que era de 500 réis!

Agradecêmos á *Livraria Internacional*, de Lisboa, o exemplar recebido.

Comunicados

A politica em Taboa

Tem rasão o sr. Matias da Fonseca, que parece ter o dom da ubiquidade. Está aqui ao pé da nossa porta, e escreve-nos de *Taboaço*. Maganão! E tem rasão porque não póde haver confronto entre Magriço e o sr. Matias.

Magriço tinha uma ideia e por êla sacrificava, com pundonôr, a propria existencia. O sr. Matias terá talvez de mais, e aqui é que está o mal; mas se alguma tem, não faz por éla o mais pequeno sacrificio. Magriço defendia a sua dama com a tenacidade, coragem e desprendimento do apaixonado, e o sr. Matias?

Vem á defeza do seu convento, que se perdeu com frades e tudo no baixo ridiculo, mas foge da questão! Magriço era leál e correcto no combate e o sr. Matias foge do campo, não concretisa factos e insulta-nos.

Magriço manejáva com valentia a sua espada e a sua lingua, mas nunca, se *sujou* com providas de sabedoria aleijada.

Por ventura Magriço seria capaz de estropiar português, como o *ilustre* vereador, sr. Matias?!

Magriço escreveria *comune ulfant*, como escreveria, sem saber o que escreve, qualquer mercieiro de fóra de portas?! Magriço nem vestia roupas alheias para o combate, nem alugáva os respectivos materiaes!

Ia êle só, cára descoberta, ligeiro como um gamo e corajoso como um mediavel bater-se pela honra da sua dama, e pela verdade.

Rasão, pois, tem o sr. Matias em replir confrontos com tal creatura.

E o sr. Matias afirma que nos respondeu. Se responder fôsse escrever periodos incompletos, sem gramatica, sem nexo e sem uma unica referencia á questão, o sr. Matias devia ter respondido pelos estragos que fez ás linguas portuguêsa e francêsa.

Tambem o sr. Matias—o *ilustre* édil demitido—nos chama Sancho Pança para nos arreliar. Pois enganou-se. Com a sua linguagem e sabedoria, nem nos arrelia, nem nos encomoda.

Nós terêmos o mesmo sentimento de dó pela sua mioleira, que inspiraria o imortal *Cervantes*, que o sr. Matias não conhece.

Da questão que nos trouxe a este campo, o sr. Matias oferece-nos apenas este pratinho:— *este vogal da Comissão* (o sr. Germano de Figueiredo) *encarregou-se desinteressadamente da cobrança do real de agua, não retendo em seu poder* **um real,** *e se alguma quantia ainda está em deposito* (aqui é que está o maldito gato) *a responsabilidade cabe á nova Comissão.*

Tal defesa parece dum amigo de mil diabos; e até estâmos em crêr que não é do sr. Matias, salvo se êle está de todo destoitiçado.

Não pretendêmos saber se o sr. vereador Germano tinha interesses na cobrança do real. O que se devia discutir é se tal receita deu, como devia, entrada nos cofres municipaes, cumprindo a lei e satisfazendo um preceito de honra.

Nós, bem ou mal informados, mostrámos, embora indirectamente, que, na arrecadação de tal receita, houve irregularidades ou menos escrupulo, e referimos nomes de pessoas que, ao tempo, retinham, individamente, determinadas quantias; e agora, e por hoje, acrescentaremos que o fiscal, sr. Casimiro, tambem recebeu cêrca de 10$000 réis (dez mil réis) e que lendo o *Mundo* com a nossa carta, correu logo á thesouraria da Camara a entregar pert o de 8$000 réis (oito mil réis) declarando que faltávam ali 2$000 réis (dois mil réis) que lhe havia pedido o vereador Germano!...

E que nos diz o sr. Matias para nos contrariar? Que o seu colléga não reteve em seu poder **um real!** Como se 2$000 réis seja menos que **um real!**

Deixando-nos naquélas palavras fatidicas—*e se alguma quantia ainda está em deposito, a responsabilidade, etc.*, ainda a liberdade de suspeitar que por lá mais alguma coisa se esconde...

Tambem nos chama *talassa.*

E' caso para dizer *beata ubera*... sr. Matias.

Por fim o autor do célebre *deposito* em que se guardam ou devem guardar quantias das receitas camararias—mas que não é a thesouraria municipal—(o unico deposito legal) fulmina-nos, qual Jupiter acagaçádo, com o raio do seu despreso!

Bolas, sr. Matias!..:

Pela publicação déstas linhas, sr. redactor, lhe fica muito grato o

De v. etc.

Cóvas, 21 de janeiro de 1912.

Antonio da Costa Paes Abranches do Amaral.

No fim

Comentário duma velha beata ao ouvir, na egreja de S. Gonçalo, o prégador da festa de Nossa Senhora das Candeias, comparar o brilho das estrêlas, em janeiro, ao *olhar sensual do mundo pagão*:

— Menino: não digas mais nada, que já te pergebi... Esse olhar tinha... a tua avó...

CORRESPONDENCIAS

Cacia, 7

Diz-nos do Pará o nosso amigo e conterraneo, sr. Francisco Manuel Tavares, que tendo de assumir a gerencia da casa comercial, *Padaria Princeza das Flôres*, na ausencia de seu irmão, o sr. José Tavares, que a esta hora déve vir a caminho de Portugal, lançou mão tambem da subscrição destináda á iluminação das ruas de Cacia, que, por ainda não estar concluida, só mais tarde é que poderá ser fecháda e o dinheiro entregue para ser aplicado.

O nosso amigo Francisco Manuel Tavares, como bom português pronto a trabalhar em beneficio de nossa terra tanto quanto as suas forças o permitam, mas tudo dentro das normas da justiça e do direito, é de opinião que a importancia subscrita se não dève destinar á colocação dos candieiros, pelo menos emquanto se não saiba donde hade vir a verba para a luz, o que é importante, atendendo ao dispendio diário que isso acarréta.

Estâmos de acordo. E por que o nosso amigo nos prométe algumas considerações a esse respeito, aguardâmol-as para da mesma sorte dizermos o que este importante assunto nos tem sugerido.

= Continúa, desabrido, o temporal. Os campos marginaes do rio Vouga estão completamente alagádos atingindo a agua altura consideravel em alguns sitios.

Ha bastantes prejuizos.

Os comboios teem passado no apeadeiro com enorme atrazo, constando-se que as cheias destruiram a linha, lá para o sul.

C.

Palhaça, 23 de janeiro

O padre João Francisco Moreira, preso por suposto conspirador e posto, ha dias, em liberdade, vem residir nésta freguezia, donde é natural. Foi o que nos dissèram hontem quando perguntámos a rasão porque o padre não seguiu, no carro que o conduzia, para a Mamarroza, onde êle era, em outros tempos, prior.

Parece que o rancoroso padre foi corrido pelo povo daquéla freguezia, que o não consente dentro das suas beiras. E a Palhaça consentil-o-ha?

Crêmos que não. Pelo menos se o homem vem rabiar como nos tempos da, para êle, saudosa monarquia. Não, a Palhaça, posto que consinta aí semelhante cavalheiro tem de o vigiar como féra terrivel e vergastal-o, sem dó ao primeiro movimento reacionario. Cautela, republicanos da Palhaça.

E' preciso seguirem-se-lhe todos os passos, todas as palavras e todos os seus rancorosos movimentos. E conhecido que seja que é o miseravel doutros tempos, canga para cima déle...

C.

Pinheiro, 4

Na avançada edade de 92 anos faleceu aqui em Pinheiro, ás 22 horas de sexta-feira; o cidadão e capitalista, Antonio Linhares. Foi sempre um homem de bem e filantropico o que muito contribuiu para que a sua morte fosse sentida.

Deixa uma avultada herança aos seus sobrinhos.

Acompanhou o prestito funebre a musica nova de S. João de Loure, tendo sido resados na egreja matriz oficios de corpo presente. Conduziu a chave do caixão o sr. Manuel Maria Amador e a toálha, o sr. Manuel Agostinho.

A toda a familia enlutada, a sentida expressão das nossas condolencias.

= Tem experimentádo alguns alívios, com o que devéras nos congratulâmos, encontrando-se em via de restabelecimento, o nosso amigo Joaquim Ribeiro de Matos. Que em bréve os seus amigos possam gosar a sua companhia, é o que ardentemente desejâmos.

= Faleceu tambem um filhinho do nosso amigo Antonio Fonseca.

Acompanhâmos os pais na sua pungente dôr.

= Continúa o tempo insuportavel: frio, vento e chuvas constantes, como ha muitos anos se não tem suportado, avolumando consideravelmente o Vouga.

C.

Estarreja, 1

Centro Republicano de Veiros

Vem esta coletividade tornar público por este meio o resultado da reunião, que teve logar no dia 28 do corrente, pelas 17 horas.

Como é do conhecimento do público, começou a publicar-se, nésta freguezia, um jornal intitulado—*O Povo de Veiros*, cujo jornal, disse o seu redactor, José Carlos da Silva Freire, socio n.º 57, vir para defeza dos interesses désta freguezia, e mórmente de assuntos referentes ao *centro*.

Logo que nos chegou á mão o primeiro numero, o nosso contentamento foi extraordinario, pois que abraçâmos, do melhor grado, tudo o que seja progresso. Veiros regosijar-se-ia por possuir nêste meio tão mesquinho, um centro e em acto continuo, um jornal. Que honra, que afecto, que satisfação a nossa. Mas,—ó terrivel desengano!—ó maldita ilusão!—ó... macábra decéção!—essas esperanças que alimentávamos, em breve se expargiram no espaço, como bolas de sabão ao ter contacto com a atmosféra. Eis que, quando anciosos esperávamos o segundo numero do referido jornal, deparámos com uma local intitulada—*O Centro Republicano de Veiros, e um caso gràve.*

Vem o seu radactor chamar a nossa atenção para um caso de bombas, porque um socio... conspirava contra um cidadão monarquico! Bombas fantasticas naturalmente; assunto a que nós ligámos pouca ou nenhuma atenção. Em vista dêste facto, chamámos á realidade o socio n.º 57, por meio de oficio, instando para que comparecesse nêste *centro* para assim desvendar o misterio. Respondeu-nos duma maneira, que os estatutos que régem êste *centro*, não permite atenção. Foi novamente intimádo a comparecer no dia 28 para ilucidar os socios, dos factos ocorridos. Não apareceu.

A' hora determináda abriu a sessão da assembleia. Nésta altura o presidente pediu meia hora de espéra para assim não haver desculpas nem atritos, por parte do referido socio. Como passádo este tempo o homem não aparecesse ali, porque a sua cobardia, a sua falta de senso comum, a sua fraqueza, emfim, a sua falta de elementos, não permitisse a sua vinda deu-se andamento aos trabalhos projetados, lendo-se a seguinte moção:

«*Considerando que o socio n.º 57, José Carlos da Silva Freire, acusa um socio do Centro, de conspiradôr;*

Considerando que o mesmo foi intimado, pela primeira e segunda vez, como determinam os estatutos para dár explicações;

Considerando que não compareceu a nenhuma das sessões, para que foi intimádo;

Considerando que êle só pretende a desunião da familia republicana, para assim sofrermos algum dissabor;

Considerando que o jornal o Povo de Veiros, *é inteiramente suspeito a este Centro;*

Proponho a demissão de socio do Centro Republicano de Veiros, ao socio n.º 57.»

Após isto, que fica relatádo, uzaram da palavra alguns socios, que em termos verdadeiramente acalorados, mostraram a vontade, que tinham de que fôsse para sempre expulso o socio referido n.º 57, pela sua provocação, pouco respeito e acçoes de verdadeira traição aos socios dêste *centro*.

O sr. presidente, nésta altura, submeteu á aprovação da assembleia, a moção, a qual aprovou por unanimidade a sua imediata expulsão.

Após isto rompeu na sala uma estrondosa salva de palmas.

= Chegou-nos ás mãos um numero do jornal—*O Campeão das Provincias*, que tráz um pequeno escrito do sr. Manuel Maria da Conceição, declarando estar ameaçado por alguem, que por meio das taes bombas, quer comprometer a sua pessoa. Isto não nos merece o menor credito, pois que o sr. Conceição sabe que no *Centro* ha pessoas incapazes de praticar atentados désta natureza. Demais se o sr. Conceição se acha ofendido, queira esclarecer...

Começa a procissão a sahir?...

C.

Castélo de Paiva, 1

Estâmos na Republica ou na monarquia?! Pedir justiça é prégar no deserto.

Apenas se fizéram uns pequenos concertos numa estrada por causa da participação dada á câmara dumas transgressões de posturas municipaes, como déve constar no governo civil, por o chefe do distrito ter mandado ouvir o queixoso.

As estradas continuam tapádas ao publico e os enxurros, que continuam fóra dos seus logares, destroem por completo as estradas como é do dominio público e do conhecimento de quem compete o cumprimento da lei.

Paiva precisa, com urgencia, duma completa transformação. Não é só transferir quaesquer empregado sem que se proceda ás necessarias e urgentes sindicancias.

Para que foi solicitado e concedido o respectivo alvará? Podêmos asseverar que ha irregularidades em algumas repartições com grandes prejuizos para os interessados e para os cofres do Estado. Como se costuma dizer que se não procede sem a competente decencia assim o fazemos apezar de ser público taes insanaveis irregularidades.

O modo como se fazia justiça viu-se logo após a implantação da Republica e quando alguns ambiciosos correram ao governo civil para tomar a direcção da administração do concelho. Nada conseguiram. A administração foi dada a quem por direito pertencia. Para isso trabalhámos, e para paga do nosso trabalho queremos e exigimos o cumprimento da lei, para nos não vêrmos obrigados a ir até ao fim.

C.

Oliveirinha, 1

Victimada pela tuberculose, faleceu nêste logar, Maria das Neves, solteira, de 36 anos de edade.

O seu funeral foi muito concorrido, encorporando-se nêle, tambem, a filarmonica de S. João de Loure, que executou uma das suas melhores marchas funebres.

A morte da inditosa Maria das Neves foi muito sentida, pois era dotada dum bondoso coração e acrisoladas virtudes.

Os poucos bens que possuia deixou-os aos seus afilhados mais desprotegidos, o que corrobora o conceito que todos déla faziam.

= O tempo continúa invernoso o que está atrazando os trabalhos agricolas.

C.

Ultima hora

Continúa a tempestade — Comunicações interrompidas

O jornal prestes a ir para a maquina e sobre nós iminente a chuva que um forte vendaval impéle a desencadear-se do alto.

Céo escuro e ao longe, com tendencia a aproximar-se, rumores de trovoada acompanhada de relampagos. E' a continuação do temporal que se avisinha e que tantos prejuizos está fazendo por todo o país, principalmente ao sul de Coimbra e no Porto onde o Douro penetrou, alagando a parte baixa da cidade.

Póde-se dizer que as comunicações estão por completo interrompidas, visto que nem os comboios circulam nem o telegrafo e o telefone funcionam.

A cheia nésta cidade tem atingido tambem grande altura. Ontem, ás 22 horas, a agua chegou até á *Padaria Macêdo*, nos Arcos, depois de se ter espalhádo por outras ruas mais proximas e inundádo os predios que lhe ficam á beira.

Segundo os calculos dos mais considerádos astronomos, esta situação ainda se prolungará até ao dia 15, o que é um horror.

Outro naufragio

Devido egualmente aos ultimos temporaes, acaba de receber-se nésta cidade a noticia de ter naufragádo no porto de Leixões, proximo a Matosinhos, a chalupa "Chiquita,, propriedade do sr. José Pereira Junior, negociante local.

Não estáva no seguro e considéra-se perdido tanto o casco como a carga.

A tripulação salvou-se.